

Boa tarde

Antes de mais gostaria de dar os parabéns pela iniciativa de regularizar a situação de muitos profissionais que exercem uma função, em muitos casos, há anos e nunca viram reconhecido o seu lugar na administração local. Após a leitura da versão provisória da proposta de Lei nº 91/XIII julgo ser pertinente acrescentar mais situações do que aquelas inicialmente previstas. No que diz respeito à situação de outsourcing julgo fundamental acrescentar a situação dos colaboradores que prestam serviços há anos para câmaras municipais e juntas de freguesia mas que estão subcontratados (com contratos de trabalho). Esta subcontratação é normalmente feita através de protocolos/acordos com IPSS's, ONG's, empresas municipais (entre outras empresas e associações). Neste caso estes colaboradores são "pseudofuncionários" das câmaras e juntas de freguesia, pois não obstante de executarem apenas serviço para estas entidades (com sujeição ao poder hierárquico) e cumprirem, há anos, horários completos de serviço não têm vínculo com administração pública. De realçar que na sua maioria os vencimentos não estão de acordo com as posições remuneratórias legais, os contratos são de um ano, renováveis no máximo por três vezes e findadas as três renovações a pessoa é desvinculada da empresa pela qual está a ser contratada. De forma a poder permanecer na sua função (pois a necessidade do serviço é permanente) volta-se a contratar a pessoa por outra empresa/ municipal/ONG/IPSS. De realçar que, por vezes, ocorre um atraso na passagem de uma contratação para outra e a pessoa vê-se obrigada a recorrer ao centro de emprego, de forma a poder subsistir. No meu entendimento julgo que a questão do "custo" com o trabalhador não é a mais premente, porque a administração local já tem o encargo das remunerações, o custo acrescido seria apenas na regularização em termos das posições remuneratórias. As centenas de funcionários que estão nesta situação não conseguem ter uma situação de vida condigna pois estão sempre receosos que findados os contratos estes possam não ser renovados, de realçar que o receio dos mesmo aumenta quando se aproximam as eleições autárquicas.

Obrigada pela atenção dispensada

Ana Cardoso